



**DESMISTIFICANDO A
PROTEÇÃO PATRIMONIAL
ATRAVÉS DE HOLDING S/A
E FUNDAÇÃO - OFFSHORE**

*Domingues &
Advogados Associados*

SUMÁRIO

| | |
|--|---------|
| 1. Introdução | 03 |
| 2. Utilização de empresas <i>offshore</i> na Proteção Patrimonial | 04 |
| 3. Internacionalização da Proteção Patrimonial: Utilização de <i>offshores</i> | 05 |
| 4. Os paraísos fiscais e sua função na Proteção Patrimonial..... | 06 e 07 |
| 5. Os desafios impostos pela utilização de <i>offshores</i> na Proteção Patrimonial..... | 08 |
| 6. Contribuição das <i>offshores</i> à sociedade..... | 09 |
| 7. A legalidade das operações <i>offshore</i> | 10 e 11 |
| 8. Operações <i>offshore</i> no Brasil..... | 12 |
| 9. Personalidade Jurídica das sociedades <i>offshore</i> | 13 |
| 10. Regras Jurídicas dos países sobre sociedades <i>offshore</i> | 14 |
| 11. Tipos de sociedades que podem ser usadas para Proteção Patrimonial..... | 15 |
| 11.1 - SOCIEDADES ANÔNIMAS | |
| 11.2 - HOLDING FAMILIAR | |
| 11.3 – FUNDAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO | |
| 12. O que você pode fazer com uma empresa <i>offshore</i> ?..... | 16 |
| 13. Como constituir uma empresa <i>offshore</i> ?..... | 16 e 17 |
| 14. Resumo com respostas as principais perguntas e dúvidas sobre <i>offshore</i> | 18 e 19 |
| 15. Apanhado das Principais Leis, Normas e Portarias relativas a <i>offshore</i> | 20 a 25 |
| 16. Conclusão..... | 26 |
| 17. Quem somos / Nossos Contatos..... | 27 |

1 - INTRODUÇÃO

É comum que investidores no exterior considerem uma empresa *offshore* como veículo para racionalizar a carga tributária e facilitar a sucessão do seu patrimônio internacional. Porém, diversas dúvidas surgem no momento de colocar em prática o plano de investimento internacional.

Neste e-book buscaremos tratar das principais dúvidas; que países considerar como jurisdição para a abertura da *offshore*; e o que precisa ser avaliado estrategicamente por investidores ao internacionalizar o seu patrimônio; de modo que este esteja protegido, com a carga tributária racionalizada e considerando uma ferramenta para facilitar a sucessão aos seus herdeiros e a proteção patrimonial.

O que é uma empresa ***offshore***?

Primeiramente, é importante definir o que significa o termo “*offshore*”.

Este termo é utilizado para indicar empresas sediadas em países com tributação favorecida. Normalmente, investidores utilizam este tipo de empresa como *holding* patrimonial de seus investimentos internacionais, para viabilizar estratégias de racionalização tributária, proteção patrimonial e facilitação sucessória.

Buscamos, através deste e-book, auxiliar a responder as principais dúvidas e questões sobre a internacionalização de patrimônio através fundações, empresas, holdings e fundações *offshore*, informando ainda link para acesso externo das principais Leis, Instruções Normativas e Regulamentos sobre o a possibilidade de institucionalização de proteção patrimonial através de empresas *offshore*.

2 – UTILIZAÇÃO DE EMPRESAS OFFSHORE PARA PROTEÇÃO PATRIMONIAL.

Uma das premissas mais básicas da Proteção Patrimonial é a utilização de estruturas societárias, com o fim de afastar ao máximo possível os riscos patrimoniais de seus sócios.

Para a criação dessas estruturas são utilizadas pessoas jurídicas de diversas naturezas, desde limitadas, até sociedades anônimas, normalmente constituída na forma de *Holding de Participação*.

Essas *holdings* são pessoas jurídicas utilizadas exclusivamente para participar em outras, tendo como propósito, em tese, a concentração dessas participações societárias em uma única pessoa como forma de facilitar o controle de um grupo de empresas, por questão de planejamento tributário, e por vezes até mesmo o sucessório.

Se a intenção é a Proteção Patrimonial é comum que a estrutura de participação possua múltiplas camadas, isto é, *holdings* de participação que participem de outras *holdings* da mesma natureza. Conforme o grupo se distribui em diversas camadas, cria-se a abertura para movimentação e controle do patrimônio mais distantes do radar de credores, judiciário e alto custo de determinados impostos.

É comum ainda que outra modalidade de *holding* seja utilizada nessa estrutura, as *holdings* patrimoniais, pessoas jurídicas constituídas com o propósito de institucionalizar e de “guardar” patrimônio de diversos tipos.



Este formato de organização societária, com múltiplas pessoas jurídicas, onde algumas assumem o papel de *holdings* de participações e outras patrimoniais, não é ilegal, ainda que por vezes esse formato traga benefícios a essas empresas que possam resultar dificuldade de alcance por terceiros aos bens se seus sócios, bem como o benefício de redução legal de cargas tributárias de seus países de origem.

3 – INTERNACIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO PATRIMONIAL:

A UTILIZAÇÃO DE OFFSHORES.

O tema “*offshore*” aparece muitas vezes no tema de proteção patrimonial, por se tratar de uma estratégia mais elaborada para realização a proteção do patrimônio.

Ele remete à utilização de mecanismos “**FORA DA COSTA**”, que, juridicamente representa “**em outra jurisdição**”, como forma de reduzir ainda mais a carga tributária, quando o fim é planejamento tributário, ou ainda levantar barreiras para que o patrimônio seja alcançado, quando a ideia é “**proteção contra terceiros**”.

O termo pode fazer referência tanto de empresas, quanto a contas bancárias, que em alguns formatos estariam em nome de pessoas físicas.

Quando utilizado em formato de empresa, basicamente torna-se uma *holding* constituída e sediada em outros países, podendo ser tanto patrimonial, quando de participação.

Em alguns casos, a constituição dessa empresa pode se dar por necessidade de determinada operação, como sucessão ou com um investimento específico que exija a constituição de uma pessoa jurídica onde o dinheiro será aplicado, ou na aquisição de bens ou na sucessão de seus sócios.



4 – OS PARAÍÇOS FISCAIS E A SUA FUNÇÃO DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL.

Um fator importante é que, *via de regra*, as empresas *offshore* são constituídas nos chamados “Paraísos Fiscais”

“Um país recebe essa denominação quando possui uma legislação tributária e societária que facilite a entrada de capitais estrangeiros, praticamente “atraindo” esses valores em razão dos benefícios encontrados, como alíquotas de tributação extremamente baixas e modelos societários que garantem alto grau de sigilo”

Importante destacar que, dentre as diversas hipóteses de incidência tributária, a mais relevante para essa classificação de paraíso é a renda, pois favorece justamente pessoas que movimentam grandes volumes de capital pelo mundo.

Impostos que incidem diretamente sobre propriedade, ou sobre consumo acabam sendo tão relevantes, ainda que importem em carga tributária reduzida.

A Receita Federal do Brasil considera como paraísos fiscais as jurisdições que tributam a renda com alíquota inferior a 20%.

Dentre os diversos países que podem ser categorizados como paraísos fiscais, sem dúvida a maior concentração se dá na América Central, especialmente na Região do Caribe, tanto que tradicionalmente são retratados como ilhas, em alusão as ilhas caribenhas.



As Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Panamá e Bahamas são os destinos muito comuns para capital estrangeiro. Para se ter uma ideia da importância dessas localidades, segundo estudo realizado em 2020 pelo Banco Central, o país com maior número de investimentos brasileiros é justamente as Ilhas Virgens Britânicas, superando até mesmo os Estados Unidos. Somente em 2019 os investimentos brasileiros nas Ilhas Cayman representavam um total de US\$ 85,7 bilhões montante 4 vezes superior ao investido nos Estados Unidos.



Atualmente, não são apenas países que podem ser considerados paraísos fiscais. Devido a uma ampla liberdade de legislar que os Estados que compõem a federação dos Estados Unidos, alguns entes desenvolveram sua legislação tributária com ares de paraíso fiscal, em modelos muito semelhantes aos localizados nos países do caribe. Estados com Delaware, Dakota do Sul tem se tornado famosos nos últimos anos por concentrarem empresas que buscam os benefícios do sigilo no formato societário e na baixa tributação. Dakota do Sul, por exemplo, não tributa renda ou herança e Delaware, além de não cobrar impostos sobre a renda das empresas, ainda apresenta benefícios em tributação de consumo, além da legislação societária favorável.

5 – OS DESAFIOS IMPOSTOS PARA UTILIZAÇÃO DE OFFSHORE NA PROTEÇÃO PATRIMONIAL.

Eventualmente e de se esperar que as pessoas imaginem que seja difícil criar e muito caro constituir uma estrutura de proteção patrimonial com base em *offshores*, normalmente pelo nível de especialização das assessorias jurídicas e contábeis que detenham expertise para fazê-lo de forma segura e que não venha a trazer problemas com a Receita Federal do Brasil, afinal, por ser medida de elisão fiscal, a movimentação de patrimônio e especialmente de dinheiro para tais países sempre terá o risco de ser escrutinada pelo fisco.

Com a rapidez e segurança das comunicações, facilidade de viagens, facilidades do entendimento dos diferentes idiomas, entendimentos de legislações locais, cada vez mais esse sistema está ao alcance de muitas pessoas que buscam proteção do patrimônio, segurança jurídica tanto para seus bens como para seus investimentos.

Porém, uma vez que a empresa ou o sócio possui patrimônio suficiente e que justifique o investimento nesse tipo de assessoria, os desafios passam a de terceiros, credores ou mesmo do fisco em identificar e fiscalizar esse tipo de operação.

Os desafios começam pela própria obtenção de informação, afinal é premissa básica dos paraísos fiscais que o nível de publicidade na constituição de sociedades seja baixíssimo, não existindo a ampla possibilidade de emissão de certidões de registros em órgãos públicos como existe no Brasil.

A legislação societária e comercial de tais países costuma ser muito presente os títulos ao portador, documentos que conferem direitos ao levantamento de determinados valores, ou que representem ação de determinadas empresas. Diferente do formato registral, a posse desses documentos é o suficiente para conferir poderes ao possuidor, daí a ideia de “ao portador”, sendo que a transferência de tais documentos se dá pela simples tradição dos papéis ao novo portador.

Outro benefício, para além da segurança jurídica é que o processo jurídico necessário para alcançar essas empresas instaladas nesses países, além de exigirem tradução juramentada, ou qualquer outro ato praticado em meio a processo judicial, em face de *offshores*, exigiria carta rogatória* que embora *a priori*, não possua custo de emissão, pode vir a exigir o desembolso de custos quando a distribuição nas outras jurisdições, além de inevitavelmente exigir a contratação de um advogado com o mínimo de expertise no procedimento.

* Carta Rogatória: É uma forma de comunicação entre o judiciário de países diferentes com o objetivo de obter colaboração para prática de atos processuais.

6 – CONTRIBUIÇÃO DAS OFFSHORES À SOCIEDADE.

Infelizmente, os países mais subdesenvolvidos acabam por ter um sistema tributário totalmente ineficiente, oneroso e que acaba por frear o ritmo de crescimento de suas economias, já que acabam por inviabilizar os novos investimentos e incentivar a fuga de capitais.

As jurisdições "offshore" em nosso ver desempenham fundamental importância no mundo globalizado, pois contribuem em muito para que os diversos países se preocupem em aperfeiçoar a eficiência de suas economias, principalmente no que tange à otimização de suas estruturas tributárias.

Não devemos permitir que as jurisdições "offshore" tenham a conotação negativa como a que atualmente é veiculada pela mídia.

A sociedade internacional precisa de tais estruturas que, além de contribuir para o desenvolvimento internacional, são essenciais às economias de diversos países e sustentam inúmeras famílias no comércio local e internacional.

As operações praticadas com empresas "offshore", destarte, possuem total respaldo legal, desde que respeitem as regras dos países envolvidos e não tenham finalidade ilícita, ficando apenas a questão das eventuais discussões com relação ao conflito de lei entre países a ser resolvido pelas regras e princípios norteadores do direito internacional.



7 – A LEGALIDADE DAS OPERAÇÕES “OFFSHORE”.

Muito se questiona na sociedade sobre a legalidade das operações "offshore", já que atualmente a maioria das pessoas tem presenciado uma série de notícias de políticos e empresários que se utilizaram das jurisdições "offshore" para acobertar a prática de diversos atos ilícitos. Como operadores do direito, temos a função e o dever de esclarecer sobre as questões envolvendo as jurisdições "offshore", já que têm sido atribuídos ao termo "offshore", genericamente e de maneira equivocada, o rótulo da ilegalidade. As operações efetuadas nas jurisdições "offshore", desde que efetuadas em observância às regras de direito internacional e às dos países envolvidos, são perfeitamente lícitas, já que o próprio direito internacional, por definição, estabelece a soberania dos países para legislar e praticamente todos os países reconhecem, em seus respectivos sistemas jurídicos, a soberania dos denominados países "offshore". A seguir, passaremos a comentar, brevemente, sobre a legalidade das operações praticadas com as jurisdições "offshore" abordando questões relativas ao trânsito de recursos entre países, a personalidade jurídica das sociedades "offshore", aspectos específicos das legislações dos países "offshore", para concluirmos com nossa opinião quanto a contribuição de tais jurisdições à sociedade internacional.

Remessas de Recursos do, e para o exterior podem ser livremente realizadas, desde que efetuada em observância às disposições regulamentares do Banco Central do país remetente e/ou emissário. Por exemplo, no Brasil, todas as questões regulamentares relacionadas ao trânsito de recursos entre o Brasil e os países estrangeiros é de competência do Banco Central do Brasil (BACEN), por disposição legal. Isto é, toda e qualquer operação que envolver o ingresso de recursos no Brasil ou a saída destes recursos para o exterior deve ser efetuada de acordo com os dispositivos regulamentares do BACEN.

A regulamentação do BACEN autoriza as pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país a efetuar transferências para o exterior em moeda nacional e estrangeira, por meio de bancos autorizados a operar no mercado de câmbio, para aplicação em diferentes modalidades de investimento, devendo, em alguns casos, ser observada regulamentação específica. É facultada a reaplicação, inclusive em outros ativos, dos recursos investidos, assim como dos rendimentos auferidos. (vide Resolução nº 2.911 do CMN, Circular nº 3.278 do BC e Regulamento Anexo à Circular nº 3.280 (Título 2, Capítulo 1), do BC.

A Regulamentação do Banco Central prevê diversas modalidades de transferências de recursos ao exterior (ex: constituição de disponibilidade no exterior, investimento direto e em portfólio; operações de hedge; concessão de empréstimos a não-residentes; aquisição de imóveis residenciais ou comerciais; e a instalação e/ou manutenção de escritório).

Na prática, uma das operações mais corriqueiras é a famosa TIR (Transferência Internacional de Reais) prevista no Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais do BACEN. Através da TIR, determinado investidor brasileiro pode enviar seus recursos (declarados) a um banco estrangeiro e lá manter suas disponibilidades/ aplicações. Este tipo de operação é totalmente legal e viável e não representa qualquer risco ao remetente dos recursos quanto à eventual discussão acerca da legalidade da operação, já que é totalmente amparada pela lei. Decerto que em tais operações há alguns requisitos de ordem legal que devem ser observados, mas que fogem ao cerne do presente tema e que poderão ser abordados futuramente em outro e-book.

Com a disponibilidade dos recursos no exterior, não há qualquer óbice legal à constituição de uma empresa em uma jurisdição "*offshore*" e o aporte de tais recursos na sociedade *offshore*.



8 – OPERAÇÕES OFFSHORE NO BRASIL.

A busca pela internacionalização do capital se tornou uma poderosa estratégia lícita de planejamento tributário e sucessório, especialmente a constituição de empresas *offshore* em paraísos fiscais.

Diante disso, são diversas as oportunidades de empregar uma estrutura *offshore* de acordo com os objetivos e necessidades de cada um, propiciando, de maneira geral, a proteção do patrimônio contra eventuais intercorrências que possam vir a colocar em risco a propriedade; a supressão ou a redução da carga tributária incidente sobre este patrimônio; e a possibilidade de maximização dos lucros por meio de investimentos financeiros ou em ativos situados em outras jurisdições fiscais, mais favoráveis que o Brasil. Além disso, cada modalidade de *offshore* agrega vantagens específicas proporcionadas pela sua estrutura.

A constituição e a manutenção de *offshore* em paraísos fiscais ensejam a observância de procedimentos específicos e o cumprimento de obrigações para que a operação seja inteiramente lícita. Os investidores devem:

- (i) utilizar os meios oficiais de remessa autorizados pelo BACEN para transferência de recursos, os quais devem possuir origem lícita e declarada;
- (ii) declarar para o fisco brasileiro os investimentos possuídos no exterior;
- (iii) quando necessário, declarar anualmente ou mensalmente o CBE* ao BACEN;
- (iv) manter a contabilidade sempre atualizada e no padrão IFRS**; e
- (v) efetuar o pagamento dos tributos incidentes.

Observando-se os requisitos acima, a operação não apresenta qualquer risco ao investidor quanto à eventual discussão acerca de sua legalidade, tendo em vista que essa estrutura de organização e otimização patrimonial está amparada pela legislação em vigor.

É notório, ainda, que os ilícitos geralmente associados à constituição e manutenção de *offshore* em paraísos fiscais são afastados quando do cumprimento das obrigações elencadas.

*Capitais Brasileiros no Exterior

**IFRS — International Financial Reporting Standards, as quais são emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board

9 – PERSONALIDADE JURIDICA DAS SOCIEDADES OFFSHORE.

As empresas *"offshore"* assim são chamadas por geralmente estar previsto na legislação dos países *"offshore"* a vedação a que tais empresas realizem negócios dentro da própria jurisdição do país em que fora constituída – daí o termo *"offshore"*, que em inglês significa *"fora das fronteiras"*, pois as empresas, por lei, devem praticar negócios apenas em outras jurisdições que não aquela em que fora constituída.

Como já mencionado, a empresa *"offshore"*, para todos os fins, é uma pessoa jurídica, com personalidade jurídica própria, distinta de seus sócios. Desta forma, tais empresas detêm o reconhecimento internacional, já que países soberanos e organizados num estado de direito dispõem de reconhecimento internacional para legislar e estabelecer as regras dentro de seus territórios.

Uma vez previstas em lei e registradas de acordo com a lei dos países em que foram constituídas, têm nascimento uma pessoa jurídica com personalidade distinta da de seus sócios, apta a praticar todos os atos de direito civil atribuídos às pessoas jurídicas em geral. As empresas *"offshore"*, assim como as empresas em geral, dispõem de um contrato social (ou estatuto) com as regras claras do funcionamento da empresa (objeto social, prazo, administração, sede, sócios e outros) e são registradas no órgão de registro de comércio de seus países. Assim, uma vez constituída uma empresa, por exemplo, nas Ilhas Virgens Britânicas, pode esta abrir uma conta corrente, adquirir imóveis em outros países, firmar contratos em geral, enfim, praticar todos os atos privativos de uma empresa com personalidade jurídica própria.

Não representa, destarte, qualquer ilegalidade, a constituição de uma empresa nas Bahamas ou outra jurisdição *"offshore"* por um brasileiro e o envio de recursos via TIR (Transferências Internacionais em Reais) para a conta de sua empresa e uma vez estando os recursos capitalizados na empresa, esta dispõe de toda autonomia legal, desde que observados os estatutos sociais, para investir tais recursos da forma que lhe aprouver.

10 – REGRAS JURÍDICAS ESPECÍFICAS DOS PAÍSES.

Os países que preveem em seu ordenamento a possibilidade de constituição de empresas "offshore" possuem um arcabouço legal apto a dar a adequada proteção jurídica às empresas e a seus sócios, de forma que veem nesta estrutura um importante meio de captação de investimentos estrangeiros em seus países.

Assim, cada país possui sua legislação específica dando a alternativa aos investidores de optar por um ou outro país cujas características específicas do sistema "offshore" mais lhe aprouver.

Por exemplo, apesar da ampla resistência internacional, há poucos países ainda que resistem em proporcionar ao investidor o sigilo total de sua identidade nos casos em que as ações são emitidas ao portador.

As ações ao portador, por impossibilitar a identificação da identidade dos sócios das empresas, é um instituto praticamente ultrapassado no direito internacional face ao aumento de atividades de terrorismo e lavagem de dinheiro, porém que ainda é previsto na legislação de poucos países.

Há outros países que preveem ao investidor uma proteção especial em casos relativos a questões sucessórias. Por exemplo, há jurisdições que possuem "*forced heirship rules*"(1), isto é, caso determinado país emitir uma ordem judicial relativa a questões sucessórias quanto à partilha dos bens em benefício de determinado herdeiro, tais jurisdições garantem, legalmente, que prevalecerão as suas regras de direito e se respeitarão as instruções originais do sucessor dadas na jurisdição "offshore", ainda que haja prejuízo a herdeiros legalmente reconhecidos no país de origem.

Outro ponto de destaque nestas jurisdições são os benefícios tributários, já que a grande maioria das jurisdições offshore não tributa os rendimentos e ganhos de capital auferidos fora de seu território; mais um motivo para as empresas serem chamadas "offshore", já que só pode realizar negócios internacionais, fora da jurisdição em que fora instituída.

1- Regras de Herança Forçada

11. TIPOS DE SOCIEDADES QUE PODEM SER USADAS PARA PROTEÇÃO PATRIMONIAL (AS PRINCIPAIS)

11.1 – SOCIEDADES ANÔNIMAS;

A empresa do *offshore* inclui: Lei de Incorporação Registrada e Apostilada, Taxa de Primeiro Ano, Ações Nominativas, Agente Residente, Diretores Nomeados (requer poderes gerais extras), Endereço da sede social, enviado via transportadora internacional com um custo aproximado de US\$ 2.500,00 a US\$ 3.500,00

11.2 - **HOLDING FAMILIAR;**

Uma *holding* familiar com ações é a melhor forma de administrar seu patrimônio garantindo a privacidade do beneficiário e facilidade de transferência dessas ações para herdeiros e/outras pessoas.

11.3 – FUNDAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO;

Fundações de interesse privados são empresas de proteção de ativos considerados essenciais quando você deseja planejar e construir seu futuro financeiro a tempo. Se você deseja consolidar suas finanças e desfrutar de uma vida de abundância e liberdade financeira, o planejamento tributário antecipado será seu melhor aliado. Não cometa o erro que comete a maioria das pessoas, que tendem a recorrer a estes serviços quando já é tarde.

Em vez disso, o planejamento adequado permitirá que você descubra quando, como e por que usar serviços fiduciários ou uma fundação.

Para que servem as fundações de interesse privado?

Principalmente, elas são usadas para separar bens pessoais dos bens da sua empresa ou bens comuns em um casamento.

Tal como no caso de um acordo pré-nupcial, estas estruturas devem ser ativadas antecipadamente em especial para sucessão e transferência dos bens aos herdeiros.

12 - O QUE VOCÊ PODE FAZER COM UMA EMPRESA OFFSHORE?

Os objetivos de uma empresa *offshore* são muito diversos.

Praticamente todos os negócios jurídicos podem ser realizados através de empresas *offshore*. Os acionistas e administradores da sociedade anônima podem ter qualquer nacionalidade e residir em qualquer país.

De acordo com a lei, as empresas *offshore* podem emitir ações nominativas e ao portador. Neste caso, as referidas ações deverão ser entregues a um Custodiante autorizado (banco, bolsa de valores, advogado autorizado representante no país, (agente residente) etc.

A princípio as empresas *offshore* não pagam nenhum imposto naquele país se operarem no exterior. Para aproveitar esta importante vantagem, é necessário que todas as atividades ou transações comerciais sejam realizadas fora do país onde foi constituída.

Os livros contábeis da empresa *offshore* podem ser mantidos no país de instituição ou no exterior. Além disso, não é necessário apresentar demonstrações financeiras ou apresentar demonstrações de resultados anuais. Sempre, deverá ser enviada ao Agente Residente uma cópia eletrônica da contabilidade.

13 - COMO CONSTITUIR UMA EMPRESA OFFSHORE?

Para CONSTITUIR uma empresa *OFFSHORE*, você precisará preencher um formulário de inscrição no país escolhido, contratar um advogado local e enviar uma relação de documentos devidos e incluir dois ou três nomes propostos para sua empresa que serão diretores, não necessariamente sócios, em ordem de preferência, e ter um advogado local que será o representante da empresa junto aos órgãos competentes no país.

A escolha de nomes para *offshore*, podem estar em qualquer idioma. Você deve incluir qualquer um destes sufixos: Inc., Incorporated, Corp., Sociedad Anónima, S.A., AG. Também é necessária cópia do passaporte ou documento de identidade, comprovante de endereço e lista de referências bancárias e profissionais.

De acordo com a leis do país em que será instituída a empresa, cada empresa deve ter pelo menos três diretores, nos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro. Esses diretores podem ser pessoas físicas ou jurídicas.

Uma única pessoa poderá ocupar os 3 cargos e neste caso deverão ser nomeados 2 diretores vocais, que podem ser diretores indicados para sua empresa no País.

Os custos de formação são compostos por honorários profissionais, despesas notariais, despesas de constituição da sociedade anônima e despesas de envio da documentação.



14 - RESUMO COM RESPOSTAS AS PRINCIPAIS PERGUNTAS E DÚVIDAS SOBRE OFFSHORE

Como funciona a empresa *offshore*?

Uma empresa *offshore* pode operar em diferentes setores e realizar diversas atividades. É comum que ela seja constituída por meio de uma *holding*, que é uma estrutura que controla outras empresas e ativos. A *holding offshore* proporciona vantagens como redução da carga tributária, flexibilidade nas operações comerciais e proteção de ativos.

Como abrir uma *offshore*?

A abertura de uma empresa *offshore* envolve uma série de etapas que exigem conhecimento especializado. É recomendado buscar assessoria profissional para garantir que todos os requisitos legais e burocráticos sejam cumpridos. Normalmente, os passos incluem a escolha do país, a definição da estrutura societária, a elaboração da documentação necessária e o registro da empresa.

Quanto custa abrir uma *offshore*?

Os custos envolvidos na abertura de uma empresa *offshore* podem variar dependendo do país escolhido, da complexidade da estrutura desejada e dos serviços necessários. Além das taxas de registro, é importante considerar os honorários profissionais de advogados de contadores especializados em assuntos *offshore* no Brasil e o valor dos honorários do advogado e do agente representante no país de constituição.

Dependendo do valor do patrimônio se for o caso de sucessão, será muito inferior ao próprio pagamento dos impostos para doação das cotas da *holding* constituída no Brasil para os herdeiros.

Exemplo de custo estimado para constituição offshore (*Holding S/A*):

| | Gastos Gerais | Moeda | Valor |
|----|---|-------------|-----------------|
| 1 | Pagamento de Taxa Única | Us\$ | 300,00 |
| 2 | Pagamento de Agente Residente anual | Us\$ | 600,00 |
| 3 | Pagamento de Notário e Registro Público | Us\$ | 210,00 |
| 4 | Livros e Ações | Us\$ | 120,00 |
| 5 | Certificado de Registro Público | Us\$ | 30,00 |
| 6 | Registro Único de Contribuinte (RUC) | Us\$ | 75,00 |
| 7 | Aviso de Operações (Licença Comercial) | Us\$ | 55,00 |
| 8 | Diligência e Despachos | Us\$ | 50,00 |
| | Total de DESPESAS | Us\$ | 1.440,00 |
| 9 | HONORÁRIOS ADVOGADOS (NO PAÍS) | US\$ | 1.500,00 |
| | DESPESAS TOTAL | Us\$ | 2.940,00 |
| 10 | HONORARIOS ADVOGADOS (LOCAL) | Us\$ | 1.500,00 |
| | INVESTIMENTO | Us\$ | 4.440,00 |

O que é paraíso fiscal?

Os paraísos fiscais são países ou territórios que oferecem benefícios fiscais significativos para empresas e indivíduos estrangeiros. Esses benefícios podem incluir baixa ou nenhuma tributação sobre rendimentos e ganhos de capital, além de garantir privacidade e confidencialidade nas transações financeiras. É importante observar que cada país possui suas próprias regulamentações e características.

Como funcionam as contas *offshores*?

As contas *offshore* são contas bancárias estabelecidas em instituições financeiras localizadas em países estrangeiros.

São muitas as exigências para abertura de contas-bancárias em outros países com empresas que tenham operação *offshore*. (fora do seu país e com operação fora do país de instituição).

Entretanto podem ser usadas contas-bancárias internacionais. Essas contas oferecem privacidade, proteção de ativos e, em alguns casos, benefícios fiscais. As transações financeiras são realizadas internacionalmente e podem envolver investimentos, comércio internacional ou simplesmente a gestão de recursos financeiros.

Quais as vantagens e desvantagens de uma *Offshore*?

As empresas *offshore* oferecem uma série de vantagens, como proteção patrimonial, confidencialidade, flexibilidade operacional e redução de carga tributária.

No entanto, é importante considerar que sua utilização inadequada pode ter consequências negativas, como a evasão fiscal ou o uso indevido para fins ilícitos. É fundamental buscar orientação profissional para aproveitar ao máximo os benefícios oferecidos pelas empresas *offshore*.

Medida Provisória nº 1171, de 2023

A Medida Provisória 1171 trata de questões relacionadas ao combate à evasão fiscal e a lavagem de dinheiro, afetando diretamente as empresas e contas *offshore*. É essencial acompanhar as mudanças legislativas e garantir a conformidade com as novas regulamentações. Profissionais especializados em planejamento sucessório e contabilidade consultiva podem fornecer orientações precisas e atualizadas.

Quem administra a *holding familiar*?

A administração de uma *holding familiar* pode ser realizada pelos próprios membros da família ou por profissionais qualificados, como advogados, contadores e consultores especializados. A escolha depende das necessidades e capacidades da família em relação à gestão dos negócios e dos ativos.

15 – APANHADO DAS PRINCIPAIS LEIS, NORMAS E PORTARIAS RELATIVAS A OFFSHORE

Lei: 8397/92 – Regula a Cautelar Fiscal

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18397.htm

I.N. RFN 2091/22- requisitos para arrolamento de bens e direitos para propositura de medida cautelar.

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=124573>

Lei: 10.406/02 – Código Civil

Art. 50- D.P.J

Art. 158 e 159 – Fraude contra credores

Art. 167, §1º, I, II e III -É nulo o negócio jurídico simulado.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm

Lei: 13.105/15 – Código de Processo Civil

Art. 133, §2- D.P.J.I.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm

Decreto lei: 5.452/43 (CLT)

Art. 2º, §2 e §3 – Grupo Econômico

Art. 10-A (Sócio retirante)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

Lei: 9.613/98- COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF) (SISCOAF)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19613.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.613%2C%20DE%203%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20crimes%20de,COAF%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

COFECI: Resolução nº 1.336/14

https://www.crecisp.gov.br/Media/resolucao1336_2014.pdf

BANCO CENTRAL - Carta Circular n.3.978/2020

https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50905/Circ_3978_v4_P.pdf

BANCO CENTRAL - Carta Circular n 4.001/2020

https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/50911/C_Circ_4001_v2_P.pdf

DREI: I.N. 76/2020 - (PDF)

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/drei/legislacao/arquivos/legislacoes-federais/indrei76.pdf>

SUMULA 375 STJ: O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2013_33_capSumula375.pdf

OBRIGAÇÕES DA PESSOA FÍSICA

- Declaração universal de bens;
- Oferecimento à tributação dos ganhos auferidos – renda sobre recurso financeiro

Art. 153 CF : Compete a União instituir imposto sobre:

III – Renda proventos de qualquer natureza

§2, I- será informado pelos critérios das generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei

- Censo de capitais anual – CBE – Banco Central

Decreto- lei 1.060, de 21.10.1969; Medida Provisória 2.224 de 04.09.2001 (Lei 14.286/21); Resolução CMN n. 4.841 de 03 de agosto de 2010.

PARAISOS FISCAIS

- Instrução normativa da Receita Federal 1037, de 04 de junho de 2010 e alterações: - Relaciona países (65 jurisdições) com tributação favorecida ou regimes fiscais privilegiados (9 regimes)

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=16002>

TRIBUTAÇÃO ESTADUAL ITCDM

Aplicação da lei 7.713/1998, art. 6º XVI

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17713.htm

e art. 35, VII, “c” Decreto 9.580/2018?

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2018/decreto/d9580.htm

INVENTÁRIO/DOAÇÃO DE BENS SITUADOS NO EXTERIOR

Art. 155 C.F - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I –

II -

III - terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

- a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;
- b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

• Art. 23 – N.C.P.C. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra:

• I..

• II. em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;

DECISÃO TJ/SP

• A instituição de imposto sobre transmissão de “causa mortis” e doação de bens localizados no exterior deve ser feita por de lei complementar; **Inteligência do art. 155, §1º, inciso III, aliena b, C.F.**

• INCONSTITUCIONALIDADE DA ALÍNEA “B” do inciso II do art. 4º da Lei paulista n. 10.705 de 28 de dezembro de 2000.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

RE 851.108

• A tese de repercussão geral firmada foi a seguinte: É vedado aos estados e ao Distrito Federal instituir o ITCMD nas hipóteses referidas no artigo 155, § 1º, III, da Constituição Federal sem a intervenção da lei complementar exigida pelo referido dispositivo constitucional

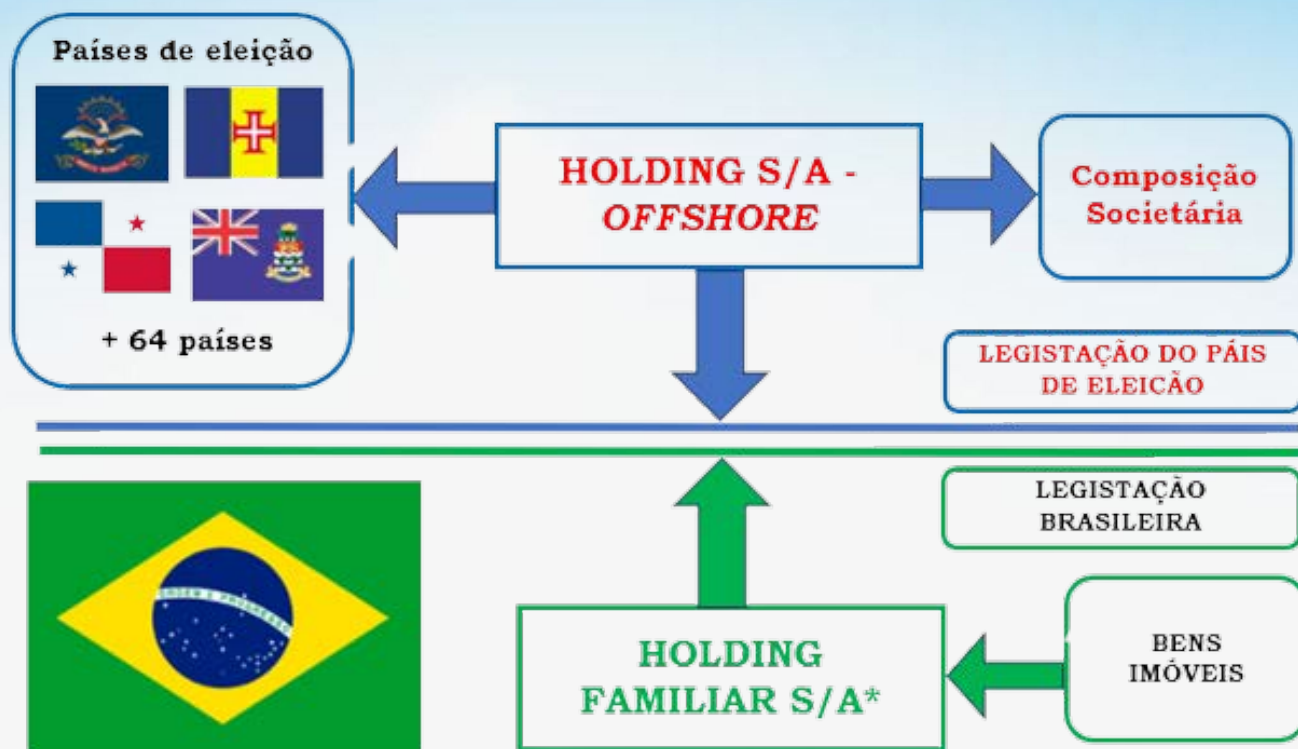
ALGUNS EXEMPLOS DE PARAÍSO FISCAIS

• Belize; • Monaco • Ilhas Cayman; • Panamá • Chipre • Ilhas Virgens Britânicas
• Cingapura • Hong Kong • Liechtenstein • Ilha da Madeira;

VANTAGENS DE ESTRUTURAR:

- Declaração universal de bens consolidada;
- Censo de capitais anual – CBE-Banco Central – declaração consolidada;
- Proteção patrimonial;
- Confidencialidade;
- Manuseio e fácil operacionalização, **Segurança pessoal**
- Proteção de ativos e preservação de riqueza – contra ataques abusivos ao patrimônio
- Planejamento sucessório;
- Eficiência fiscal nos negócios locais e internacionais
- a) Imposto de renda, diferimento;
- b) Imposto sobre herança e doações

**DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DE UMA
ESTRUTURA DE HOLDING S/A – OFF-SHORE**



* Pode ser Ltda. (Preferencialmente S/A)

15 - CONCLUSÃO:

Um planejamento adequado e uma estrutura sólida são essenciais para o sucesso e a continuidade da *holding familiar*.

Nossa missão é ajudar os brasileiros a terem acesso as melhores ferramentas de **PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E SUCESSÓRIO**, dentre elas a internacionalização do patrimônio.

Nossa equipe é especializada e se mantém sempre atualizada com o que há de mais moderno em termos de ferramentas jurídicas.

Desenvolvemos diversas parcerias com escritórios no Brasil e em alguns países com condições e expertise para assessorar nossos clientes e amigos na estruturação de um **PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E SUCESSÓRIO** com a utilização *Holding Familiar* ou Fundações Privadas *offshores* e a internacionalização de seu patrimônio.

O que antes era informação disponível apenas para as famílias mais abastadas hoje está ao alcance de todo cidadão brasileiro que deseje **PROTEGER SEU PATRIMÔNIO**.

*****Lembrando os valores apresentados são estimativos e que os custos poderão variar de acordo com o tamanho do projeto de dos bens a serem integralizados, variando de país para país.**

****Este resumo não esgota o assunto sobre *Holding Familiar offshore* ou Fundações *offshore* devendo ser consultado sempre um advogado especializado de sua confiança.****

Domingues & Advogados Associados

Advogados especialistas em planejamento patrimonial e sucessório com objetivo de garantir uma maior perpetuidade do patrimônio pessoal ou da sua família.

Oferecemos e usamos diversos métodos e ferramentas para realizar o planejamento, seja sucessório, patrimonial ou organizacional

Auxiliamos nossos clientes no Brasil na Internacionalização do seu patrimônio e na proteção internacional e na transmissão dele para sua família de forma legal e segura.



16 - NOSSOS CONTATOS:

TELEFONE/WHATS APP: **(34) 9 9822.9000**
(34) 3333.8000



ENDEREÇO: Av. Maranhão, nº 1.320, Sala 06-Santa Maria
Uberaba, Minas Gerais - CEP: 38.050-047

WEBSITE: www.jfdomingues.com.br

Nos siga em nossas redes sociais:

